



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

Registro:2018.0000006358

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 2234431-52.2017.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é impetrante SAMIR HADDAD JUNIOR e Paciente FÁBIO CANDIDO BORDIN.

ACORDAM, em 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "CONHECERAM EM PARTE do pedido, mas DENEGARAM a ordem. V.U." de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RICARDO TUCUNDUVA (Presidente), MACHADO DE ANDRADE E JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA.

São Paulo, 11 de janeiro de 2018

Ricardo Tucunduva
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

HABEAS CORPUS Nº 2234431-52.2017.8.26.0000

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL DE SANTANA - 2ª VARA DO JÚRI

IMPETRANTE: DR. SAMIR HADDAD JUNIOR

PACIENTE: FÁBIO CANDIDO BORDIN

VOTO Nº 41.720

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **FÁBIO CANDIDO BORDIN**, que estaria sofrendo constrangimento ilegal derivado de estar preso, desde que foi decretada a sua prisão temporária nos autos do inquérito policial instaurado para apuração dos crimes de homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e por ocultação de cadáver. Acenando para a inocência de **FÁBIO**, o impetrante diz que estão ausentes os requisitos que poderiam dar ensejo à medida excepcional, até porque **FÁBIO** possui residência fixa e ocupação lícita. Afirma, ainda, que teria sido desrespeitado o princípio da presunção de não culpabilidade. Por tais razões, pede a soltura de **FÁBIO**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

O feito foi regularmente processado e a liminar acabou sendo denegada.

É o relatório.

Inicialmente, registro que a propalada inocência de **FÁBIO** não pode ser objeto de exame agora, nesta sede. Realmente, é cediço que nas raias estreitas do *writ* não se pode fazer análise aprofundada de matéria de prova - única forma de se esclarecer a questão -, de sorte que, sob tal ângulo, o pedido nem merece conhecimento.

No mais, ninguém duvida que é a Juíza do processo, em razão da sua maior proximidade com os fatos e com os seus protagonistas, quem tem melhores condições de avaliar a conveniência, ou não, de prender, ou de manter encarcerado, quem - como o paciente - esteja sendo acusado da prática de crimes gravíssimos, um deles hediondo (homicídio e ocultação de cadáver).

E, conforme o entendimento pretoriano de todos conhecido (que permanece vivo porque a Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, apenas acrescentou nova hipótese de decretação da prisão excepcional, relacionada com o descumprimento das obrigações impostas por qualquer das outras medidas cautelares), justifica-se a decretação da prisão preventiva do agente criminoso sempre que estiverem presentes as hipóteses do artigo 312 do Código de Processo Penal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

Registro que, ao que consta, **FÁBIO** e outros indivíduos não identificados, dizendo-se “juízes” de tribunal pertencente ao famigerado PCC, condenaram e executaram *Marcos Roberto Miranda*, depois do que esconderam o seu corpo.

Assim, perdem relevo as proclamadas - mas não demonstradas - condições pessoais favoráveis a **FÁBIO**, que, no entender do impetrante, justificariam ser ele agraciado com a liberdade provisória.

No mais, como explicitou o Procurador de Justiça ANTONIO DE PADUA BERTONE PEREIRA, “*são fortes a prova da existência dos crimes e indícios da autoria. Este fato, por si só, como prevê o art. 312 do Código de Processo Penal, é suficiente para embasar a segregação cautelar, até porque a D. Autoridade impetrada, ao negar a liberdade provisória para o paciente (fls. 06/07), se encarregou de demonstrar sua necessidade como forma de garantia da ordem pública, a fim de resguardar o meio social e a própria segurança da atividade jurisdicional, assegurando a aplicação da lei penal*” (fl. 53).

Destarte, a medida excepcional se justifica, não só para a garantia da ordem pública, em face da natureza e da gravidade dos crimes atribuídos ao paciente, mas para assegurar a aplicação da Lei penal. O conceito de ordem pública abrange, aliás, a própria credibilidade da Justiça Criminal, e a estabilidade do Estado de Direito e da Democracia. Portanto, é dever do Judiciário garantir a ordem pública, vale dizer, a segurança social, embora isto, às vezes,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

possa implicar até mesmo na tomada de medidas extremas, como a restrição da liberdade de alguém, desde que essa pessoa não se mostre em condições de participar da vida em sociedade, como é o caso de **FÁBIO**.

Por fim, quanto ao princípio da **presunção de não culpabilidade**, é bom lembrar que nada, em Direito, é absoluto, nenhuma norma, nenhum princípio, nenhuma regra. Além disto, é preciso considerar que “ser inocente” é coisa diferente de “não ser considerado culpado”. Portanto, é perfeitamente possível a decretação da prisão provisória dos indivíduos aos quais se atribui a prática de infração à Lei Penal, uma vez que o interesse coletivo (necessidade de segregação das pessoas cuja conduta atenta contra o equilíbrio social) deve sempre prevalecer sobre o interesse particular (permanecer em liberdade).

Nestas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do pedido, mas **DENEGO** a ordem.

RICARDO CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA
Desembargador Relator